

# Economia Brasil **Desgastados, ESTADO DE SÃO PAULO ministros só**

09 JUL 1989

## *pensam em sair*

**Governo não consegue tomar nem mesmo as decisões mais simples**

JOÃO BORGES

**BRASÍLIA** — Os preparativos para a viagem com destino ao dia 15 de março já começaram na Esplanada dos Ministérios, em Brasília. Trata-se de uma caravana de ministros que, desgastada e desencantada com a inoperância do próprio governo a que pertencem, sonha com o dia em que voltará para casa. Maílson da Nóbrega, da Fazenda, João Batista de Abreu, do Planejamento, e Dorothéa Werneck, do Trabalho, fazem parte desse grupo. Nos últimos meses, eles têm várias vezes reiterado ao presidente Sarney que estão prontos para sair.

O descontrole da política econômica, que para Maílson e João Batista ficou claro desde março, quando a inflação do segundo mês do Plano Verão bateu nos 6%, chegou ao extremo de não se conseguir definir até hoje, dia 9 de julho, o salário mínimo do mês de junho. Naquele mês de março, os dois ministros tomaram a iniciativa de dizer ao presidente que, talvez, o melhor fosse substituir a equipe econômica. Voltaram ao assunto diversas vezes, mas não tiveram sucesso. E, no final de abril, atropelada por um projeto de regulamentação da lei de greve de inspiração dos setores mais radicais do Palácio do Planalto, a ministra Dorothéa Werneck concluiu que seria melhor encerrar sua participação no governo. Depois, mudou de idéia.

### **SOLIDÃO**

“Estão todos querendo fazer o mesmo e me deixar aqui sozinho”, diz Sarney aos que querem deixar o governo. Uma frase patética e que traduz uma dura ironia para um governo que usou todo o seu poder de concessão de favores para conquistar cinco anos de mandato na Constituinte.

Da mesma forma que não consegue uma articulação com o Congresso para definir o salário mínimo de junho, o governo tropeça nas contas da Previdência Social, atrasa a divulgação do índice de inflação e naufraga em escândalos administrativos, como foi o caso Naji Nahas, que envolveu a autoridade máxima na área financeira, o ex-presidente do Banco Central, Elmo Camões.

Não se faz previsão sobre o índice de inflação quando se sabe, a priori, que o resultado será negativo. Essa maxima, de autoria de um importante assessor do ex-ministro Delfim Netto, tem sido seguida a risca pela equipe econômica. Não exatamente por afinidade desse pensamento, mas porque, nesse caos político, administrativo e econômico, evitar o pior é a linha de ação e o desafio.

A última vez que Maílson e

Abreu falaram em deixar o governo foi no dia 7 de junho, numa reunião coordenada pelo ministro do Gabinete Civil, Ronaldo Costa Couto. Os dados sinalizavam uma inflação de 16% naquele mês, que acabou fechando em 24,8%, enquanto se projeta agora para junho um índice de 30%. Qualquer resultado abaixo de 30% em julho será uma vitória para os mesmos ministros que estavam apavorados com a estimativa de 16% de junho.

### **CONGRESSO, A SAÍDA**

A tese de Maílson e Abreu é de que nada pode dar certo para conter a hiperinflação se não tiver o apoio do Congresso. Por isso acham que a substituição deles no governo por alguém “ungido pelo Congresso” seria a opção mais correta para enfrentar a crise. Somente o Legislativo, com os poderes conferidos pela nova Constituição, poderia oferecer um contraponto à falta de credibilidade que mina todas as iniciativas do governo. Um plano econômico de emergência, com origem no Congresso, teria força suficiente, no entender desses ministros, para reduzir a turbulência hiperinflacionária até a posse do futuro presidente da República.

Mas enquanto a inflação avança, o Congresso engalfinha-se na discussão do programa de emergência. O senador Nelson Carneiro (PMDB-RJ), que coordena as discussões no Congresso, prevê que em agosto o programa de emergência que surgir dessas discussões estará em condições de ser apreciado. Ainda rascunhado à mão o documento que resume a opinião dos partidos e entidades envolvidas nas negociações forma um mosaico que só mesmo com auxílio de computador seria possí-



Maílson e Abreu: prontos para sair

Ricardo Chaves/AE

vel extrair uma linha de convergência.

Quanto ao programa de emergência em si, o PMDB, o PSDB e os sindicatos não opinaram. O PL propôs “um esforço do Congresso” deliberar sobre o programa; o PTB sugeriu que o presidente da República deve apresentar o programa em 30 dias; o PCB pediu a criação de “instâncias formais” para discutir o programa; a Fiesp defendeu um programa aprovado pelo Congresso, que vigoraria até 30 dias após a posse do futuro presidente; a Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) defendeu “um apelo ao empenho dos partidos” em favor do programa.